

## LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO BRASIL E NO PARAGUAI: A CONSTRUÇÃO DE SABRES DA HISTÓRIA

André Mendes Salles<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo define como *corpus* documental obras didáticas de História, de diferentes períodos, concebidas e adotadas em escolas da educação básica no Brasil e no Paraguai, com o objetivo de refletir sobre as principais características desses materiais didáticos, levando em consideração os contextos políticos, históricos, educacionais e historiográficos em que estavam situados. Um dos elementos que marcam e caracterizam um livro didático é o seu caráter intencional, quer dizer, ter sido escrito para o ensino de uma disciplina específica, a um público estudantil específico, crianças e jovens em sua maioria. Ao ser escrito com uma intencionalidade, os livros didáticos contêm, geralmente, orientações de caráter disciplinar e pedagógico a professores e estudantes, além de possuir certa organização e lógica disciplinar, isto é, um modo específico de organizar o conhecimento disciplinar para situações de ensino.

**Palavras-chaves:** Livros didáticos; Saberes escolares; Ensino de História.

### HISTORY TEXT BOOKS IN BRAZIL AND IN PARAGUAY: THE SCHOOL KNOWLEDGE CONSTRUCTION IN HISTORY

**Abstract:** The present study defines the History textbooks, from different periods, developed and adopted in elementary schools in Brazil and in Paraguay, as documental *corpus*, aiming to think over the main characteristics of these learning materials, taking into consideration the political, historical, educational and historiographical contexts, in which they were based. One of the elements that mark and characterize a textbook is its intentional nature, in other words, the fact of having been written for teaching a specific subject, to a specific school audience, children and youths in most. Being written with an intent, the textbooks have, usually, approaches with pedagogical and disciplinary nature to teachers and students, besides having some disciplinary character and logic, in other words, a specific way to organize the subject knowledge for teaching situations.

**Key words:** Textbooks; School Knowledge; History Teaching.

### Introdução

Choppin, um dos mais destacados pesquisadores que tomam o livro didático como objeto de estudo, orienta que devemos nos afastar o quanto possível de visões espontâneas dos livros escolares para nos acercarmos, cada vez mais, de perspectivas históricas e/ou comparativas.<sup>2</sup> O autor realça que foram os historiadores a primeira comunidade científica a se interessar, ainda na década de

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: [andremendes.s@hotmail.com](mailto:andremendes.s@hotmail.com) A pesquisa contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. *Revista Educación y Pedagogía*, Medellín, v. 13, n. 29-30, p. 209-229, 2001.

1960, pelos antigos livros escolares.<sup>3</sup> O presente estudo enseja ser uma contribuição para área, sobretudo por seguir uma perspectiva histórica e comparativa.

O artigo em tela é um recorte de uma tese de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).<sup>4</sup> O recorte em destaque define como *corpus* documental obras didáticas de História, de diferentes períodos,<sup>5</sup> concebidas e adotadas em escolas da educação básica no Brasil e no Paraguai. O objetivo é refletir sobre as principais características desses materiais didáticos assim como de seus respectivos autores, levando em consideração os contextos políticos, históricos, educacionais e historiográficos em que estavam situados.

Em relação ao *corpus* documental, buscamos selecionar alguns dos livros didáticos mais representativos do período no qual foram produzidos e publicados. Desde o início da pesquisa, interessava-nos analisar livros didáticos que gozassem de boa aceitação no cenário editorial de didáticos no Brasil e no Paraguai e que, portanto, tivessem contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica*<sup>6</sup> de gerações de crianças e jovens brasileiros e paraguaios. Isso não quer

---

<sup>3</sup> *Idem*. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

<sup>4</sup> Apresentamos, naquele momento, como problema de pesquisa, de que forma o conteúdo curricular Guerra do Paraguai foi abordado em livros didáticos de História do Brasil e do Paraguai e construído enquanto saber disciplinar a ser ensinado por professores de História de escolas da Educação Básica de ambos os países. Nesse sentido, o nosso objeto de estudo compreendeu o conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e nos saberes disciplinares escolarizados por professores de História de escolas da Educação Básica, do Brasil e do Paraguai. No espaço aqui reservado, contudo, analisamos exclusivamente as principais características dos livros didáticos de História – brasileiros e paraguaios –, selecionados para pesquisa, tendo em vista os saberes disciplinas e escolares da História.

<sup>5</sup> Na pesquisa doutoral, buscávamos saber como o conhecimento escolar *Guerra do Paraguai* havia sido histórica e socialmente construído, tendo em vista cada contexto histórico, social, político, cultural e curricular dos países envolvidos no conflito (particularmente Brasil e Paraguai). Foi tal perspectiva que, naquele momento, nos orientou na seleção dos materiais e periodização. Nesse sentido, selecionamos livros didáticos de ambos os países, desde o final do conflito – final do século XIX – percorrendo todo o século XX e adentrando nos materiais didáticos utilizados pelos professores de História da Educação Básica que, naquele momento, se constituíram em sujeitos da pesquisa. Relembramos aqui que, nem o contexto da Guerra do Paraguai, nem a prática curricular dos professores sujeitos da pesquisa entram no contexto desse artigo. Essas informações servem, apenas, para justificar as seleções operadas.

<sup>6</sup> Entendemos a consciência histórica como “um fenômeno inerente à existência humana” (CERRI), um “universal antropológico” (RÜSEN). Ponderamos que qualquer consideração em relação a defesa de que existam pessoas ou povos que não possuam consciência histórica possa gerar a velha

dizer, contudo, que não possa haver outros livros tão significativos para época quanto os que foram selecionados. Não obstante, assinalamos que toda pesquisa acadêmica opera com seleções e que os livros selecionados se enquadraram nos objetivos propostos naquele momento da pesquisa, bem como responderam aos critérios metodológicos estabelecidos.

Para selecionar os livros a partir das intenções anunciadas acima, observamos os seguintes critérios: (1) obras que tiveram inúmeras edições, o que representaria a sua relativa aceitação no cenário de livros didáticos e sua participação por anos seguidos no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de um grande número de estudantes e professores brasileiros e paraguaios; (2) o lugar social e institucional dos autores. No caso brasileiro, vários dos livros selecionados por nós têm como autores professores do Colégio Pedro II e/ou membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No caso paraguaio, ganham destaque três instituições, que comporão os lugares-sociais nos quais a maioria dos autores dos livros didáticos analisados estará vinculada: *O Colégio Nacional*, *a Universidade Nacional* e *o Instituto Histórico Nacional*.<sup>7</sup>

O Colégio Pedro II e o IHGB são as duas principais instituições que, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, foram as responsáveis pelo processo de institucionalização do conhecimento histórico,<sup>8</sup> a primeira em nível escolar/curricular e a segunda em nível acadêmico. Os programas de ensino do Colégio Pedro II praticamente exerceram, durante algum tempo, uma função de currículo nacional, pois muitos colégios das diversas províncias brasileiras –

---

dicotomia entre civilização e barbárie. Daí a utilização da expressão “atribuição de sentido da consciência histórica” ao invés de “produção ou construção de consciência histórica”. Ver: CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001. Ver também: RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

<sup>7</sup> O *Instituto Histórico Nacional* (IHN) foi fundado em 1895. Em 1937, passa-se a chamar *Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas* (IPIH) e apenas em 1966 passou a ser chamado de *Academia Paraguaya de la Historia*.

<sup>8</sup> Não podemos olvidar, como assinala Certeau, que a História se configura enquanto uma prática institucionalizada, quer dizer, é uma prática realizada e validada por uma comunidade de pesquisadores/historiadores. Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense editora, 2011. Segundo Dosse, a História é uma prática que “deve ser referida a um lugar de enunciação, a uma técnica de saber, ligada à instituição histórica”. DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 126.

depois de 1930, denominadas de Estados – organizaram seu currículo a partir de programas daquele colégio. Nesse sentido, os livros didáticos escritos por professores que atuavam no Pedro II ganhavam *status* de qualidade e passavam a ser adotados em outras províncias/estados brasileiros.

No Paraguai, as obras didáticas de autores que, de alguma forma, mantinham ou haviam mantido vínculos institucionais com as três instituições mencionadas, também ganhavam *status* de qualidade e, em certo sentido, influenciaram escolas e professores de todo o país a adotarem as obras. Daí, certamente, a longevidade desses livros didáticos, materializada nas suas diversas edições.

Foram selecionados um total de 26 livros didáticos de História, sendo 14 brasileiros e 12 paraguaios, dentre os quais, alguns dos mais representativos do período no qual foram produzidos e publicados.<sup>9</sup> Os livros didáticos selecionados possuíam/possuem uma boa aceitação no cenário editorial de didáticos em seus respectivos países e, nesse sentido, como mencionado, foram reeditados inúmeras vezes. Esse fato nos leva a supor que tais livros tenham contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de gerações de crianças e jovens brasileiros e paraguaios.

Relevante destacar que, dos 26 livros didáticos selecionados para fazer parte do *corpus* documental da pesquisa, apenas dois – um brasileiro e outro paraguaio (os mais recentes em um e outro país) – não seguiram os critérios de escolha anteriormente mencionados. Os dois livros referidos foram escolhidos, justamente, por serem aqueles adotados pelos professores sujeitos da investigação.<sup>10</sup> Na pesquisa exploratória, através das entrevistas realizadas com os professores, conseguimos identificar os livros utilizados por eles.

---

<sup>9</sup> Preferimos, naquele momento, um longo recorte temporal tendo em vista entendermos que o conhecimento escolar presente no currículo se constitui em uma construção histórica e social e, nesse sentido, ao observarmos o recorte estabelecido conseguiríamos perceber melhor não apenas o momento inicial em que a Guerra do Paraguai foi traduzida enquanto conhecimento escolar, no Brasil e no Paraguai, mas como esse mesmo conhecimento foi adquirindo sentidos diferenciados em cada período histórico que explicasse a sua inclusão no currículo escolar de ambos os países. Sobre o currículo enquanto uma construção social, ver: GOODSON, Yvor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Editora EDUCA, 1997.

<sup>10</sup> Lembramos aqui que, na pesquisa doutoral, contamos com sujeitos de pesquisa, professores de História da Educação Básica no Brasil e no Paraguai. Os livros utilizados por esses sujeitos em suas práticas pedagógicas foram selecionados para fazer parte da pesquisa. O nosso objetivo, naquele

## Saberes escolares da História

Entendemos, assim como Cardoso,<sup>11</sup> que a História escolar não se constitui em uma pura simplificação da “História dos historiadores”, inclusive, pela própria distinção entre as funções sociais dessas duas instâncias de produção – a escola e a universidade/centros de pesquisa. Apesar disso, não podemos negligenciar os vínculos existentes entre elas hoje. Pois, se a História escolar é completamente autônoma frente à História acadêmica, como supõe Cardoso, poder-se-ia questionar a própria função das universidades e demais instituições de ensino superior e, especificamente, seus cursos de formação de professores de História.

Deste modo, assim como Costa,<sup>12</sup> partimos do entendimento da existência de uma relação de proximidade e conexão entre a “História dos historiadores” e a História escolar, ainda que tal relação se faça acompanhar por um processo de “reelaboração didática”,<sup>13</sup> que constitui e configura os conhecimentos históricos escolares em cada tempo e contexto. Reconhecer a existência dessa relação de proximidade e conexão entre a História acadêmica e a escolar não é, necessariamente, defender que esta última seja pautada por uma simples relação de ‘transferência’ mecânica de uma instância a outra.

Gabriel e Monteiro,<sup>14</sup> apesar de considerarem o conhecimento escolar enquanto uma “construção epistemológica própria e específica”, quer dizer, uma

---

momento, era saber em que medida os livros adotados por eles reproduziam ou divergiam de discursos produzidos em livros didáticos de História de outros períodos e mesmo da historiografia em relação à Guerra do Paraguai, assim como influenciavam na prática curricular dos professores sujeitos da pesquisa. Os dados obtidos a partir dos sujeitos da pesquisa não entram no contexto desse recorte, eles foram citados apenas como forma de deixar claro os processos de seleção dos materiais didáticos analisados nesse artigo.

<sup>11</sup> CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

<sup>12</sup> COSTA, Aryana. Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH, 13., 2008, Guarabira. **Anais [...]** Guarabira: ANPUH, 2008.

<sup>13</sup> FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

<sup>14</sup> GABRIEL, Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria *et al.* (org.). **Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 23-40.

“criação da cultura escolar”,<sup>15</sup> reconhecem que ele “mantém diálogos necessários e contínuos com o conhecimento acadêmico/científico de referência, no caso, a Teoria da História e a historiografia”. Nesse sentido, as autoras anunciam a relevância da *teoria da transposição didática*, de Chevallard, e apontam que o reconhecimento em torno da existência de um processo de “didatização do saber”<sup>16</sup> não significa, necessariamente, desconsiderar as “especificidades epistemológicas” do conhecimento escolar, tendo em vista que os saberes de referência não são as únicas fontes para o saber escolar. Assim:

[...] Duas contribuições efetivamente renovadoras decorrem da utilização do conceito de conhecimento escolar e de transposição didática. O primeiro conceito, considerado na perspectiva que **reconhece a especificidade epistemológica de sua construção, que tem a dimensão educativa como estruturante na sua constituição e que implica um diálogo contínuo e não hierarquizado com o conhecimento da disciplina científica**, no caso, a Teoria da História e a historiografia, para sua reelaboração/renovação/atualização. [...] Essa análise, por sua vez, exemplo vivo dos processos implícitos na produção do conhecimento escolar em História, numa perspectiva que assume que **a incorporação de contribuições teóricas do campo da ciência de referência não produz uma réplica, mas sim um conhecimento com características originais, próprias da cultura escolar**.<sup>17</sup>

Alice Casimiro Lopes, por sua vez, preferiu usar o termo *mediação didática* no lugar de *transposição*, considerado por ela como reducionista, tendo em vista que o termo pode transmitir uma ideia de “reprodução, movimento de transportar de um lugar a outro, sem alterações”.<sup>18</sup> A autora afirma:

A mediação didática não deve, por conseguinte, ser interpretada como um mal necessário ou como um defeito a ser suplantado. A didatização não é meramente um processo de vulgarização ou adaptação de um conhecimento produzido em

---

<sup>15</sup> As referidas autoras baseiam-se em Forquin para apontar as especificidades epistemológicas do conhecimento escolar como criação da cultura escolar.

<sup>16</sup> CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didáctica**: Del saber sabio al saber enseñado. Buenos Aires: Aique, 1997.

<sup>17</sup> GABRIEL e MONTEIRO. *Op. Cit.*, p. 33-34. (Grifos nossos).

<sup>18</sup> LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar em Química: processo de mediação didática da ciência. **Química Nova**, São Paulo, v. 20, p. 563-568, 1997. p. 564.

outras instâncias (universidades e centros de pesquisa). Cabe à escola o papel de tornar acessível um conhecimento para que possa ser transmitido. Contudo, isso não lhe confere a característica de instância meramente reprodutora de conhecimentos. **O trabalho de didatização acaba por implicar, necessariamente, uma atividade de produção original.** Por conseguinte, devemos recusar a imagem passiva da escola como receptáculo de subprodutos culturais da sociedade. Ao contrário, devemos resgatar e salientar o papel da escola como socializadora/produtora de conhecimentos.<sup>19</sup>

Considerando-se a complexidade do conceito de *conhecimento escolar*, evidenciada nas reflexões anteriormente expostas, entende-se que o saber disciplinar da História<sup>20</sup> é uma importante fonte – mas não a única – para a constituição dos saberes históricos escolares. Em contrapartida, concordamos que “a História como disciplina escolar da escola secundária [brasileira] se efetivou com a criação do Colégio D. Pedro II, no final da regência de Araújo Lima, em 1837”.<sup>21</sup> Entretanto, como problematiza Bittencourt,<sup>22</sup> a formação dos profissionais de História em nível superior no Brasil só se verificou a partir da década de 1930, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, isto é, basicamente um século depois da criação da História enquanto disciplina escolar. Isto quer dizer que a História, enquanto conhecimento escolar, no Brasil, precedeu a História, enquanto curso superior responsável pela formação dos profissionais da área do magistério.

---

<sup>19</sup> *Ibidem*. p. 566. (Grifos nossos).

<sup>20</sup> Entendemos os saberes disciplinares como àqueles que estão relacionados “aos diversos campos do conhecimento historicamente produzidos, que se encontram delimitados e institucionalmente organizados”. Os ‘saberes disciplinares da História’ são ‘saberes específicos’, haja vista que se tratam, especificamente, do conhecimento oriundo da disciplina História. Deste modo, como aponta Batista Neto, “o termo ‘específico’ agrega-se aqui como atributo, designando algo próprio de uma espécie de saber. É um saber especializado, porque produzido de forma rigorosa por um corpo de especialistas. Saber específico opor-se-ia assim a saber genérico”. Em outras palavras, os saberes disciplinares são um conjunto de saberes socialmente construído, selecionado, organizado e legitimado em determinado momento por uma comunidade de especialistas que não atua única e exclusivamente com base no rigor científico, mas também a partir de demandas sociais – contextualizadas historicamente – que estão enredadas em teias de poderes/saberes. Ver: BATISTA NETO, José. Saberes pedagógicos e saberes disciplinares específicos: os desafios para o ensino da História. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2006, Recife. **Anais [...]** Recife: ENDIPE, 2006. p. 2.

<sup>21</sup> ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 28-41. p. 29.

<sup>22</sup> BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

Apesar de concordarmos com Tardif, de que os saberes disciplinares “se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas, no interior das faculdades e de cursos distintos”,<sup>23</sup> é preciso salientar que os saberes disciplinares da História, no Brasil, existiam muito antes do estabelecimento de instituições de formação para o professor de História em nível superior (IES). No contexto brasileiro, portanto, a História se estabeleceu, inicialmente, enquanto um corpo de saber disciplinar socialmente constituído, selecionado, legitimado e organizado por outra instituição que não a universidade – o IHGB –, que influenciava a História escolar e a produção de materiais didáticos da época. É nesse sentido que Abud afirma que “a História disciplina não nasceu sozinha. Foi sua irmã gêmea a História acadêmica”.<sup>24</sup>

### O contexto dos livros didáticos brasileiros

Nessa seção, realizaremos não apenas uma apresentação dos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa, mas também de seus respectivos autores. Nosso objetivo é contextualizar, na medida do possível, suas biografias, situando-as histórica, educacional e historiograficamente. A seguir apresentamos um quadro resumido das obras e autores brasileiros selecionados.

**Quadro 01 - Livros didáticos brasileiros**

LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS	AUTORES
<b>Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária.</b> Editora Livraria Garnier, 1905.	<b>JOAQUIM MANUEL DE MACEDO</b>
<b>Lições de História do Brasil. Proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II.</b> Editora Garnier, 1886, 2ª edição.	<b>LUÍS DE QUEIRÓS MATTOSO MAIA</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Companhia Melhoramentos, s/d.	<b>JOSÉ FRANCISCO DA ROCHA POMBO</b>
<b>História do Brasil.</b> Curso Superior. Editora Francisco Alves, 1914, 5ª Edição.	<b>JOÃO RIBEIRO</b>
<b>Ponto da História do Brasil.</b> Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920, 2ª Edição.	<b>PEDRO DO COUTTO</b>
<b>História do Brasil.</b> Para o Curso Médio – primeira e segunda séries. Companhia Editora Nacional, 1969, 22ª Edição.	<b>JOAQUIM SILVA</b>

<sup>23</sup> TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação de professores.** Petrópolis: Vozes, 2010. p. 38.

<sup>24</sup> ABUD, *Op. Cit.*, p. 29.

<b>Compêndio de História do Brasil.</b> Companhia Editora Nacional, 1972, 57ª Edição.	<b>ANTONIO JOSÉ BORGES HERMIDA</b>
<b>História do Brasil.</b> Para o curso colegial. Companhia Editora Nacional, 1965.	<b>ARMANDO SOUTO MAIOR</b>
<b>História da Sociedade Brasileira.</b> Editora Ao livro técnico, 1979.	<b>FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO LÚCIA CARPI RAMALHO MARCUS VENICIO TOLEDO RIBEIRO</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Atual, 1987, 5ª Edição.	<b>LUIZ KOSHIBA DENISE MANZI FRAYZE PEREIRA</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Saraiva, 1997, 19ª Edição.	<b>JOANA NEVES ELZA NADAI</b>
<b>História do Brasil.</b> Editora Ática, 1987, 6ª Edição.	<b>NELSON PILETTI</b>
<b>História e consciência do Brasil.</b> Editora Saraiva, 1999, 7ª Edição.	<b>GILBERTO COTRIM</b>
<b>Vontade de saber História,</b> 8º ano. São Paulo: Editora FTD, 2015.	<b>MARCO CESAR PELLEGRINI ADRIANA MACHADO DIAS KEILA GRINBERG</b>

Dos sete primeiros autores referenciados, apenas um deles, Joaquim Silva, não pertencia ao quadro docente do Colégio Pedro II, o que demonstra a importância desta instituição para o cenário educacional entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.<sup>25</sup> Segundo Elza Nadai,<sup>26</sup> o ensino de História foi introduzido oficialmente nos currículos da escola secundária brasileira com a fundação do Colégio Pedro II, em 1838. Até as primeiras décadas do período republicano, o Colégio Pedro II era considerado um dos principais colégios secundários brasileiros, constituindo-se como uma referência, inclusive curricular, para outras instituições educacionais. Conforme Vechia e Lorenz:

Através dos anos, os programas de ensino do Colégio [Pedro II] exerceram influências, ainda que de forma indireta, sobre as escolas secundárias existentes nos meados do século XIX e as que surgiram em número crescente até o final do Império e inclusive nos primeiros anos da República. [...] Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. A lógica exigia, portanto, a

<sup>25</sup> Isso quer dizer que quase a metade do total das obras selecionadas foi escrita por professores que atuaram no Colégio Pedro II.

<sup>26</sup> NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992/1993.

adoção ou emulação desses programas pelos colégios provinciais ou particulares.

No período republicano a influência do Colégio se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio de Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. Pretendia-se, dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino secundário pela padronização e funcionamento dos colégios em todo o país.<sup>27</sup>

A análise da biografia dos autores dos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa põe em evidência outra questão: Ela possibilita perceber uma mudança que se imprimiu, ao longo do tempo, no perfil dos autores de obras didáticas. Pode-se entender essa mudança a partir do lugar de legitimidade da produção histórica, acadêmica e escolar, que foi cambiando do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e seus congêneres – e do Colégio Pedro II para as universidades.<sup>28</sup> Autores como Armando Souto Maior, Luiz Koshiba, Nelson Piletti, Elza Nadai, Joana Neves e Keila Grinberg apresentavam-se/apresentam-se como professores pesquisadores, vinculados a universidades, responsáveis por formar novos historiadores e professores de História, o que demonstra um deslocamento no centro produtor/legitimador/institucional dos saberes disciplinares da História que, por consequência, influencia na produção de livros didáticos dessa disciplina curricular.

A partir, sobretudo, da década de 1970, as universidades brasileiras vão se tornando o principal centro institucional da produção do conhecimento histórico.<sup>29</sup> Isso se deve ao fato da criação e do fortalecimento, na referida década, das pós-

---

<sup>27</sup> VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira - 1850-1951**. Curitiba: Edição dos Organizadores, 1998. p. vii-viii.

<sup>28</sup> A pesquisadora Aryana Costa, em estudo sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) nos primeiros anos de formação do curso de história da USP, na década de 1930, demonstra que esse processo não foi automático, havendo um período ou um *regime de transição*, em que, inclusive, intelectuais vinculados ao instituto exerceram função docente nesse momento inicial de criação da universidade. De forma que, “a criação do curso de geografia e história na USP não significou de imediato uma diminuição no reconhecimento profissional e do papel que o instituto exercia na escrita da história de São Paulo e, portanto, ‘da história nacional’”. COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 530-548, 2019. p. 545.

<sup>29</sup> Muitos historiadores, sobretudo a partir de 1980, passaram a ver os institutos históricos como símbolos de uma produção positivista, mais preocupados com efemérides do que com a efetiva produção de conhecimentos históricos.

graduações em História e em Educação no Brasil, além do fortalecimento de instituições de fomento à pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Não podemos olvidar, ainda, do importante papel desempenhado pela associação Nacional de História (ANPUH) que, desde a década anterior, ao reunir professores universitários de todo o país em regulares reuniões e encontros acadêmicos, refletia e influenciava na (re)elaboração dos currículos dos cursos superiores de História.<sup>30</sup>

Foi possível perceber que diversos livros, dentre os mais antigos examinados, como o de Macedo,<sup>31</sup> de Maia,<sup>32</sup> de Coutto<sup>33</sup> e de Ribeiro,<sup>34</sup> traziam informações na capa ou no próprio título/subtítulo da obra, indicando o *lugar institucional* do escritor: *professor do Colégio Pedro II, professor do Gymnasio Nacional, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Membro da Academia Brasileira de Letras* e etc. Acreditamos que tal fato não seja apenas uma preocupação em indicar ao público leitor o lugar-institucional do autor, mas uma estratégia editorial para transmitir confiabilidade à obra – a partir do lugar de relevo daquelas instituições – perante seu público leitor e perante os órgãos públicos responsáveis pela avaliação, indicação e adoção do livro. Pedro do Coutto chega a afirmar, em seu prefácio, que o seu livro foi organizado segundo os “pontos do programma da cadeira de História do Brasil do Collegio Pedro II”.<sup>35</sup>

---

<sup>30</sup> NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

<sup>31</sup> Segundo Gasparello, a primeira edição da obra de Macedo data de 1861. A edição examinada é de 1905. Ver: GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004. p. 128-129.

<sup>32</sup> Conforme Gasparello, a primeira edição da obra de Maia foi publicada provavelmente em 1880 pela Editora Dias da Silva Júnior. A edição examinada data de 1886. Ver: *Ibidem*. p. 134

<sup>33</sup> De acordo com Gasparello, a primeira edição de *Pontos da História do Brasil*, de Pedro do Coutto, se deu em 1918. Examinamos a edição de 1920. Ver: *Ibidem*. p. 182.

<sup>34</sup> Segundo Marcelo de Souza Magalhães, a primeira edição do livro de Ribeiro é de 1900. Examinamos a edição de 1914. Ver: MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1.

<sup>35</sup> COUTTO, Pedro do. **Ponto da História do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

Outro dado sugestivo do universo do manual didático é que o livro de Joaquim Manoel de Macedo foi complementado e atualizado por Olavo Bilac.<sup>36</sup> Era muito comum, no século XIX e até os primeiros anos do século XX, as editoras continuarem publicando livros de autores já falecidos, sobretudo se esses livros haviam tido grande aceitação e, portanto, haviam sido alvo de várias reedições. As editoras então contratavam intelectuais para complementar e atualizar a obra.

Foi possível perceber, ao analisar as obras em destaque, que o livro didático de História foi, ao longo do tempo, deixando de ser composto apenas de texto e sendo pensado, cada vez mais, em uma dimensão didática. Nesse sentido, novos elementos e recursos foram sendo incluídos nesses livros, tais como imagens, mapas, sugestões de atividades, dentre outros. Não obstante, mesmo nos livros escolares em que o *texto* prevalece, não podemos olvidar que exista ali uma dimensão didática estabelecida, dado que esse tipo de material é elaborado com o olhar voltado para o processo de ensino e aprendizagem.<sup>37</sup>

Partimos do pressuposto de que os autores de livros didáticos de História no Brasil, a partir do final da década de 1970, em termos gerais, passaram a escrever uma História didática que fugisse de narrativas factuais, descritivas, heroizantes e nacionalistas. Entendemos que esse contexto tenha se dado não só pela desconfiança que o nacionalismo engendrado pelo regime militar gerou nos intelectuais do período, como também pela própria crítica historiográfica realizada

---

<sup>36</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac nasceu no Rio de Janeiro em 1865 e faleceu em 1918. Foi poeta, inspetor de ensino e jornalista. Participou de campanhas cívicas, com destaque àquela em favor do serviço militar obrigatório. Ocupou alguns cargos políticos, como *oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio* (1891), *inspetor escolar do Distrito Federal*, *delegado em conferências diplomáticas e secretário do prefeito do Distrito Federal* (1907). Foi perseguido e preso no governo de Floriano Peixoto por conta de sua atividade como jornalista. Escreveu a letra do Hino à Bandeira. Ocupou a cadeira de número 15 da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia>. Acesso em 16/11/2015.

<sup>37</sup> Munakata assinala que o livro didático, além da função de ‘depositário de conteúdos escolares’, é também ‘depositário de métodos de ensino’. Choppin e Bittencourt, ao apontarem as funções que os livros didáticos podem exercer, assinalam, também, a função instrumental, segundo a qual o livro didático passa a ser entendido como um instrumento pedagógico, um suporte de métodos e técnicas de aprendizagem, tendo em vista os exercícios, questionários, leituras complementares e sugestões de trabalho em equipe e/ou individual. Ver: MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016; CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004; BITTENCOURT, *Op. Cit.* 2004.

pela comunidade de historiadores que passaram a tecer fortes críticas a perspectivas positivistas de escrita da História.<sup>38</sup>

Os prefácios e apresentações das obras analisadas trazem elementos importantes que merecem ser discutidos, sobretudo porque deixam entrever as concepções de História e de ensino de História dos autores.<sup>39</sup> Joaquim Macedo, por exemplo, destaca no prefácio à sua obra as questões de “methodo”.<sup>40</sup> Apesar de o momento principal na metodologia de ensino de Macedo ser formado de perguntas e respostas, ele deixa estas últimas a cargo dos próprios alunos.<sup>41</sup> Contudo, acreditamos que o autor intencione que o aluno responda às perguntas sem transgressões, de acordo com sua explanação inicial e o quadro sinóptico.

Não obstante o caráter mnemônico do método utilizado por Macedo, do aluno ter que *reproduzir de cor na pedra e no papel*, o autor, ainda no referido prefácio, realça a importância do professor no processo educativo e sua preponderância no desenrolar do método. Apesar de a figura do professor ser realçada como a *alma do livro*, é difícil crermos que o autor esteja preconizando ou até mesmo incitando à transgressão do que foi dito através da livre interpretação por parte dos educadores. Ao contrário, eles deveriam seguir o prescrito, possibilitando a aplicação do método. Esse diálogo entre autores de livros didáticos e professores é caracterizado por Bittencourt como um “monólogo em

---

<sup>38</sup> Os livros didáticos de cada época reúnem estas tensas discussões e conflitos em torno de sua construção, desde os discursos legitimadores da disciplina de referência e suas instituições, passando pela formação profissional e intelectual do autor – e suas vinculações e aproximação com esses discursos legitimadores -, a questões econômicas suscitadas pelas editoras, como também as questões de ordem político-pedagógicas, referenciadas nas (re)definições curriculares ou de direcionamentos de certas políticas educacionais.

<sup>39</sup> O livro didático de História, para além de reunir conteúdos desta disciplina para situações de ensino, cumpre, antes de qualquer coisa, uma função de materialização da disciplina histórica escolar. Como afirma Maria Inês Stamatto, o livro didático de História é um dos elementos constituidores da disciplina História e, ao mesmo tempo, em uma perspectiva dialética, é constituído por ela. Ver: OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. *In*: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (org.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 12-19. Ver também: STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e Livro Didático de História. *In*: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir (org.). **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFRRN, 2009. p. 21-32.

<sup>40</sup> MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Garnier, 1905.

<sup>41</sup> Ao contrário de Joaquim Maria de Lacerda, em seu livro *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas*, também do século XIX, cujas respostas já estão dadas. Ver: BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b. p. 144.

que o autor buscava impedir formas diferenciadas e criativas de trabalhar com o texto que haviam produzido”.<sup>42</sup>

Rocha Pombo, em seu prefácio, segue uma perspectiva nacionalista e assinala que uma das principais funções de sua obra é “renovar a nossa bibliografia das escolas e dos lares, convencidos de que este é o esforço fundamental de tudo o que se tiver de fazer no sentido de levantar a alma da pátria”.<sup>43</sup>

Em longo prefácio, Coutto faz questão de deixar clara a sua posição política, se autodenominando como “radical republicano”. O autor já antecipa que, em relação a alguns temas, se distancia de interpretações que são correntes e hegemônicas, dentre elas a Guerra do Paraguai e o processo de abolição da escravidão. O autor questiona o papel histórico exercido pela princesa Isabel, defendendo que sua ação em relação à abolição da escravidão teria sido secundária, pois “ella [princesa Isabel] se viu sem forças para se oppôr á formidável pressão do povo brasileiro”;<sup>44</sup> Quanto à Guerra do Paraguai, o autor afirma que a mesma foi gestada e mantida pela política imperial e pela vontade pessoal de Pedro II. Cabe lembrar que a edição analisada do livro de Coutto é a de 1920. As edições analisadas dos livros de Silva, Borges Hermida e Souto Maior não possuem prefácio e/ou apresentação.<sup>45</sup>

Nos prefácios e apresentações dos livros didáticos selecionados a partir do final da década de 1970, começa a aparecer uma preocupação em afirmar um distanciamento da História oficial, que estava associada à figura de ‘grandes homens’ e excessiva memorização, para buscar uma aproximação com uma História social, sobretudo vinculada às relações de classes.

Na página que antecede ao prefácio do livro de Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro, há uma epígrafe do poema de Bertolt Brecht, intitulado “Perguntas de um operário que lê”. A enunciação de tal poema como epígrafe do livro é indicativa/sugestiva da concepção de História que os autores defendem: uma

---

<sup>42</sup> *Ibidem.* p. 185.

<sup>43</sup> ROCHA POMBO, José Francisco. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos, [19--].

<sup>44</sup> COUTTO, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>45</sup> SILVA, Joaquim. **História do Brasil**: Para o Curso Médio: primeira e segunda séries. 22ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969; BORGES HERMIDA, Antônio José. **Compêndio de História do Brasil**. 57ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972; SOUTO MAIOR, Armando. **História do Brasil**: Para o curso colegial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

História construída pela coletividade e não pelas personalidades (“grandes homens”). Os autores assim iniciam o prefácio: “No poema de Brecht, são as maiorias ‘sem nome’ que fazem a História. Por isso, esta História da Sociedade Brasileira não pode ser considerada de nossa exclusiva autoria”.<sup>46</sup>

Na apresentação do livro de Koshiba e Pereira, publicado em 1979, são destacadas duas maneiras de organizar e orientar as análises históricas: a primeira seria apenas descrevendo os acontecimentos, como se os eventos e/ou fatos fossem por si mesmos autoexplicativos, enquanto a segunda estaria pautada pela interpretação desses eventos históricos. Os autores se posicionaram favoráveis a adotar a segunda perspectiva, apesar de reconhecerem que o ensino de História tem se orientado hegemonicamente pela primeira. Koshiba e Pereira se põem frontalmente contrários a primeira perspectiva descrita: “Este livro pretende ser uma contribuição para a renovação do ensino de História. Ele se enquadra numa tendência radicalmente contrária a perniciosa tradição, que transformou a História numa inútil galeria de supostos grandes homens...”. Para eles, “os fatos ou acontecimentos importam menos que o enfoque pelo qual os analisamos”. E o enfoque dado pelos autores, segundo consta na apresentação, é o das relações de classe:

Quanto ao processo intrínseco à História do Brasil, foi analisado do ponto de vista das relações de classes e não como produto da vontade e da ação de alguns poucos homens, mesmo os mais ilustres. Estes foram reduzidos à sua devida proporção, isto é, foram considerados representantes de uma classe ou grupo social.<sup>47</sup>

Já Nadai e Neves afirmam:

Nosso objetivo não foi discorrer sobre o passado isolado e desligado do presente, mas sobre a **sociedade brasileira**, entendida em suas multifaces e pluralidade de tempos históricos que convivem ora em harmonia, ora em conflito, ora em contradição, garantindo a especificidade do processo histórico brasileiro. Desta forma, a realidade passada é focalizada em seu dinamismo, suas contradições, seus avanços e recuos, pois

---

<sup>46</sup> ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Toledo. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1979.

<sup>47</sup> KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi. **História do Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Atual, 1987.

procuramos garantir o tratamento dos assuntos de forma analítica, permitindo-lhe conhecer e compreender de maneira abrangente o sentido do seu movimento contínuo e do qual somos todos participantes interessados.<sup>48</sup>

Podemos apreender da citação acima uma concepção de história que busca fugir da linearidade temporal, entendendo, ou reconhecendo, a pluralidade de temporalidades que coexistem na sociedade brasileira, além de desmistificar a História enquanto fato acabado e inquestionável. Por sua vez, Piletti, em seu discurso de apresentação da obra,<sup>49</sup> destaca sua intenção de se afastar de uma História oficial. Apesar disso, a capa da referida edição é a fotografia de Getúlio Vargas rodeado de soldados, lembrando a velha História oficial, o que contrasta com sua intenção manifesta. Entretanto, destacamos que a capa de um livro é apenas um indício, que pode ou não sintetizar/resumir/caracterizar a obra como um todo, ou mesmo parte dela.

Para Cotrim, o estudo da História deve valorizar “mais reflexão e menos memorização” e destaca que procurou valorizar “novos temas de estudos históricos, como: o cotidiano, a visão dos vencidos, a situação da mulher, a mentalidade dos grupos sociais”. Aqui já começamos a perceber a influência da *Nova História* pautando a escrita didática do autor, ou pelo menos suas intenções, com novas temáticas e novas perspectivas.<sup>50</sup>

Pellegrini, Dias e Grinberg, por sua vez, assinalam que “o estudo da História nos ajuda a perceber as ligações existentes entre o passado e o presente” e que “nos permite conhecer o cotidiano dessas pessoas [“que viveram antes de nós”] e perceber como a ação delas foi importante para construir o mundo como ele é hoje”. Os referidos autores destacam as atuais questões relacionadas ao entendimento e ao respeito e direito à diversidade cultural:

---

<sup>48</sup> NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 19ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 3.

<sup>49</sup> Quais sejam: A. “aproximar-se da História real do povo brasileiro” (que é relegada pela História oficial) / B. Tratar de assuntos pouco abordados nos livros didáticos de História (como os negros e índios, a Pré-História brasileira etc.) / C. Estabelecer conexões entre o passado e o presente / D. Elevar o estudo da História para além do “mero acúmulo de informações” / E. Conceber o estudo da História como potencial para “transformação da realidade”. PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 6ª Edição. São Paulo: Ática, 1987.

<sup>50</sup> COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1999.

A História nos auxilia a conhecer os grupos que formam as sociedades, os conflitos que ocorrem entre eles e os motivos de tais conflitos. Ela nos ajuda a tomar consciência da importância de nossa atuação política e a desenvolver um olhar mais crítico sobre o mundo. Assim, nos tornamos mais capazes de analisar desde uma afirmação feita por um colega até uma notícia veiculada pela televisão. [...] Ao estudarmos História, percebemos a importância do respeito à diversidade cultural e ao direito de cada um ser o que é, e entendemos como esse respeito é indispensável para o exercício da cidadania e para construirmos um mundo melhor.<sup>51</sup>

As reflexões tecidas até aqui nos permitem ter uma maior clareza em relação aos livros didáticos brasileiros selecionados para a pesquisa e seus autores, assim como as concepções de História e de ensino de História subjacentes às obras, possibilitando-nos realizar o devido processo de contextualização. A seguir, destacamos os livros didáticos paraguaios e seus autores, inseridos no seu devido contexto.

### **O contexto dos livros didáticos paraguaios.**

Assim como feito na seção anterior, realizaremos não apenas uma apresentação dos livros didáticos e autores paraguaios selecionados para a pesquisa, como também contextualizaremos os mesmos, situando-os histórica, educacional e historiograficamente. A seguir apresentamos um quadro resumido das obras e autores paraguaios selecionados.

**Quadro 02 - Livros didáticos paraguaios**

<b>LIVROS DIDÁTICOS PARAGUAIOS</b>	<b>AUTORES</b>
<b>Compêndio de Historia del Paraguay.</b> Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920.	<b>LEOPOLDO GÓMEZ DE TERÁN PRÓSPERO PEREIRA GAMBA</b>
<b>Breve resumen de la historia del Paraguay.</b> Madrid: Librería y Casa editorial, A. de Uribe y Ca. 1897.	<b>BLÁS GARAY</b>
<b>Historia del Paraguay.</b> 5ª edición. Asunción, s/d.	<b>ANTONIO TAVAROZZI</b>
<b>Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General.</b> Asunción: La Colmena S. A., 1935.	<b>MIGUEL RIGUAL</b>
<b>El Paraguay y su historia.</b> Asunción: Alcora, 1963, 3ª edição.	<b>EMILIANO GOMEZ RIOS</b>
<b>Lecciones de Historia paraguaya.</b> Asunción:	<b>VICTOR NATALÍCIO VASCONCELLOS</b>

<sup>51</sup> PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber História, 8º ano.** São Paulo: Editora FTD, 2015.

Edición del Autor, 1970. 6ª Edición.	
<b>Compendio de Historia paraguaya.</b> Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.	<b>JÚLIO CÉSAR CHAVES</b>
<b>Manual de Historia paraguaya.</b> Asunción: Imprenta Comuneros S. R. L. s/d.	<b>LUIS GUILLERMO BENITEZ</b>
<b>Breve Historia del Paraguay.</b> Buenos Aires: EUDEBA editorial universitaria, 1965.	<b>EFRAIM CARDOZO</b>
<b>Estudios Sociales 2.</b> Asunción: Comuneros, s/d.	<b>IRMINA LEZCANO</b>
<b>Paraguay Ñane retá.</b> Estudios Sociales para el 3er. ciclo de la Educación. Asunción, 2004. (3º edição).	<b>PEDRO SACCAGGIO</b>
<b>Historia y Geografía.</b> 8º grado. Assunção: Editorial Don Bosco, 2009.	<b>MARY MONTE DE LÓPEZ MOREIRA</b>

Ao se pesquisar a biografia dos autores paraguaios, percebe-se que se destacam três instituições que exerceram inegável e inestimável contribuição cultural durante todo o século XX no Paraguai: *Colégio Nacional de la Capital*, *Universidad Nacional de Asunción* e *Instituto Historico Nacional*, que posteriormente passou-se a chamar *Academia Paraguaya de la Historia*.

Dos treze autores paraguaios, pelo menos oito deles tiveram vínculos com o Colégio Nacional, seja como aluno ou como professor. Garay, Chavez, Cardozo e Benítez figuram como egressos do Colégio Nacional, enquanto Terán, Gamba, Ríos e Vasconcellos tiveram vínculos como professores da instituição. Tal proporção vem demonstrar a relevância cultural e educacional do Colégio Nacional como formador de uma elite intelectual e política no Paraguai do Pós-Guerra da Tríplice Aliança.<sup>52</sup> Segundo Sckell:

Antecesora de la Universidad Nacional de Asunción (1889), este colegio [Colegio Nacional de la Capital] **se consolidó y desarrolló durante todo el siglo XX como una de las instituciones de educación pública más fructíferas de donde procedió toda la generación ilustrada de la post-guerra de la Triple Alianza y la reconstrucción del Estado paraguayo.** El nacimiento del Colegio respondió justamente al modelo de formación de élites instituido en la misma época durante toda la región.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> No Brasil, a historiografia hegemonizou o termo *Guerra do Paraguai* para o referido evento. No Paraguai, contudo, o mesmo evento ficou mais conhecido como *Guerra da Tríplice Aliança*. Ver: SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. **Cadernos do Aplicação (UFRGS)**, v. 28, p. 29-41, 2015. Ver também: SALLES, André Mendes. **O conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e na fala de professores de História de escolas da Educação Básica, no Brasil e no Paraguai.** 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

<sup>53</sup> SCKELL, Jazmín Duarte. **Colegio Nacional de la Capital:** transformación de una institución emblemática de educación pública. Assunção, p. 1-26, 2015. p. 1. (Grifos nossos).

Fundado em 1877, o *Colégio Nacional da Capital* (CNC) foi, assim como o Colégio Pedro II no Brasil, um modelo educacional e curricular para outras instituições educativas do período no Paraguai. Para Sckell, o Colégio Nacional deve ser entendido “como el modelo educativo con el que inicia el sistema educativo paraguayo de la postguerra”.<sup>54</sup> Para o referido autor, o CNC foi, “desde su fundación, el arquetipo de modelo humanista de educación pública secundaria, en el cual se implementaban las reformas y planes a introducirse posteriormente en otras instituciones”.<sup>55</sup>

De sua fundação, em 1877, até meados da década de 1930, o Colégio Nacional da Capital manteve uma educação “enciclopédica y humanista”,<sup>56</sup> voltada para a formação de uma elite intelectual e política no Paraguai do Pós-Guerra, com um caráter “propedéutico y antesala de la universidad”.<sup>57</sup> Segundo Sckell, durante a década de 1930, “se interrumpe el proceso de vanguardia intelectual del CNC a través del decrecimiento de estudiantes, desbaratamiento del plantel docente, el control estricto en la dictadura morinigista y posterior enfrentamiento entre facciones por la guerra civil”.<sup>58</sup>

Outra instituição de grande relevância cultural e educacional no século XX no Paraguai foi a *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), responsável por formar não apenas uma elite intelectual, mas também política do Paraguai do pós-guerra. Diversos egressos da referida instituição figuraram não apenas como os principais intelectuais da nação guarani ao longo do século, mas também assumiram diversas funções políticas, como ministérios, chancelarias, cargos no legislativo e, até mesmo, a presidência da república, como é o caso de Cecílio Báez.

A Universidade Nacional de Assunção foi fundada em 1889, no contexto de reconstrução do país no pós-guerra da Tríplice Aliança. Nela, a *Faculdade de Direito e Ciências Sociais* se destacou como o grande centro formador de uma elite

---

<sup>54</sup> *Ibidem.* p. 4.

<sup>55</sup> *Ibidem.* p. 3.

<sup>56</sup> *Ibidem.* p. 12.

<sup>57</sup> *Ibidem.* p. 3.

<sup>58</sup> *Ibidem.* p. 7.

intelectual assuncenha.<sup>59</sup> Dos treze autores dos manuais didáticos analisados, pelo menos cinco deles estabeleceram vínculos com a Universidade Nacional, seja como egressos e/ou como professores: Garay, Chavez, Cardozo, Benítez e Mary López. Destes, apenas os dois últimos obtiveram o licenciamento em História, tendo o restante realizado a formação em Direito.

É preciso levar em consideração que, tanto no Brasil quanto no Paraguai, a principal formação universitária que possibilitava reflexões em torno das questões relacionadas às Ciências Humanas e Sociais, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, era o Direito. Nesse sentido, os principais intelectuais que atuaram nesse período, tanto na pesquisa histórica quanto no periodismo, foram, em sua grande maioria, intelectuais formados nas Ciências Jurídicas.

No Brasil, o curso superior de História, responsável pela formação do historiador, só surgiu em meados da década de 1930. Tendo em vista que a Faculdade de Filosofia da UNA, local onde acontece a formação do profissional da História na instituição, só seria fundada em 1948, é provável que, antes desse período, não houvesse ainda no Paraguai uma instituição educacional de nível superior que possibilitasse a formação na área. Nesse sentido, é razoável que, na primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto no Paraguai, os principais pesquisadores da História tenham sido intelectuais formados na área jurídica. Tal fato talvez explique o porquê de apenas Benítez e Mary López, dos cinco citados anteriormente, terem a formação na área de História.

É importante que se destaque que a maioria dos estudantes da Universidade Nacional foi de egressos do Colégio Nacional. Para Liliana Brezzo,<sup>60</sup> estas duas instituições assumiram um papel de protagonismo no desenvolvimento da cultura paraguaia num momento de reconstrução do país no pós-guerra. Para a referida autora:

En efecto, en la penuria de la posguerra, un grupo de jóvenes paraguayos formado primero en el Colegio Nacional de Asunción,

---

<sup>59</sup> Apenas em 1948 seria criada a Faculdade de Filosofia da UNA. Disponível em: [http://www.una.py/images/stories/Universidad/ReseñaHistorica/CRONOLOGIA\\_UNA\\_03.06.2014.pdf](http://www.una.py/images/stories/Universidad/ReseñaHistorica/CRONOLOGIA_UNA_03.06.2014.pdf). Acesso em 04/06/2016.

<sup>60</sup> BREZZO, Liliane. ¿Aislamiento e independencia? algunos pasos recientes de la historiografía en Paraguay. *Diálogos*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 533-552, 2009.

a partir de 1877 y luego en la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional, fundada en 1889, fue asumiendo un rol decisivo en la cultura paraguaya. Entre los principales exponentes de la que sería llamada la Generación del 900, estaban Blas Garay (1873-1899), Juan O’Leary (1879-1969), Manuel Domínguez (1868-1935), Fulgencio Moreno (1872-1933), Arsenio López Decoud (1867-1945), Ignacio Pane (1879-1920), Eligio Ayala (1879-1930) y Manuel Gondra (1871-1927).<sup>61</sup>

Outra importante instituição cultural da época foi o *Instituto Histórico Nacional* (IHN), fundado em 1895. Blas Garay e Cecílio Báez figuram na lista dos fundadores. Não houve uma regularidade nos trabalhos desenvolvidos pelo referido Instituto, devido, talvez, a própria instabilidade política da época. Em 1937, é estabelecido o *Instituto Paraguayo de Investigaciones Históricas* (IPIH), considerado o herdeiro do primeiro. Assim como o IHN, o IPIH não pôde desenvolver atividades regulares devido a situação política do país. Em 1947, com a guerra civil, a maioria dos membros do Instituto foi para o exílio. Apenas em 1956, quando Julio César Chaves assumiu a presidência da instituição, é que a mesma pôde manter uma regularidade em seus trabalhos, inclusive com a publicação de um anuário intitulado “Historia Paraguaya”. Em 1966, o Instituto se transformou na *Academia Paraguaya de la Historia*.<sup>62</sup>

Dos treze autores, basicamente a metade deles foram ou são membros da *Academia Paraguaya de la Historia*: Garay, Chavez, Rios, Cardozo, Benítez e Mary López. Isso demonstra a importância que esta instituição teve e tem na vida intelectual do país, relacionada, sobretudo, ao conhecimento histórico. A *Academia Paraguaya de la Historia*, assim como suas precedentes, representaram, e ainda representam, um importante centro institucional e legitimador da produção do conhecimento histórico no Paraguai. No nosso entender, ao contrário do que aconteceu no Brasil, onde o IHGB foi perdendo legitimidade frente às universidades no que se refere à produção de conhecimentos históricos, a *Academia Paraguaya de la Historia* manteve-se, junto com as universidades do

---

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 537.

<sup>62</sup> Sobre a História da *Academia Paraguaya de la Historia*, desde o *Instituto Histórico Nacional*. Disponível em: <http://www.academiaparaguayadehistoria.org.py/nuestra-historia/>. Acesso em 04/06/2016.

país, como um dos principais *lócus* de produção do conhecimento histórico nacional.

Entre o final do século XIX e, sobretudo, as três primeiras décadas do século XX, o periodismo ocupou, no Paraguai, um espaço central, não apenas como *lócus* de divulgações e altercações de ideais políticos e ideológicos, mas também de disputas em torno das narrativas do passado. Não podemos olvidar que um dos principais embates –senão o principal – em torno das narrativas de uma História nacional, protagonizadas por Cecílio Báez e Juan O’Leary, se deu pela imprensa.

Segundo Brezzo, “numerosos fueron los diarios, semanarios y revistas aparecidos en Asunción de 1900 a 1935”. Para a autora, os periódicos, no referido momento histórico, “se convirtieron en foros principales de los intelectuales [...] y escaparates de los disensos políticos”.<sup>63</sup> Boa parte dos autores dos livros didáticos selecionados para pesquisa atuou como jornalista, destacando-se, neste ofício, Blás Garay, Julio César Chavez e Efraim Cardozo.

É importante destacar que muitos dos autores dos manuais selecionados exerceram intensa atividade política, seja através de participação em debates e discussões de cunho político-partidário através dos Partidos Liberal ou Colorado, seja assumindo cargos políticos importantes, como no âmbito legislativo e/ou mesmo como ministros de estado. Sobretudo no contexto da reconstrução do Paraguai no pós-guerra da Tríplice Aliança, os intelectuais paraguaios estavam, de uma maneira geral, envolvidos com as discussões políticas e geralmente assumiam posição no Partido Liberal ou no Partido Colorado.

A nossa percepção do período em tela é que a atividade intelectual no Paraguai não se dava em separado da atuação política ou mesmo partidária. Nesse sentido, a própria produção historiográfica, voltada para a escrita de uma História nacional, estaria fortemente permeada por embates e altercações de cunho político-ideológico.

Apesar de todas as instabilidades políticas, econômicas e sociais que marcaram o contexto do Paraguai no pós-guerra, a historiadora Liliana Brezzo

---

<sup>63</sup> BREZZO, Liliana. **El Paraguay a comienzos del siglo XX (1900-1930)**. Asunción: El Lector, 2011. p. 115-116.

destaca a efervescência cultural que se desenvolveu no país, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX. Para a referida autora:

Si se observa con cuidado el ambiente social asunceno de comienzos del siglo XX llama la atención que, en contraste con la inestabilidad política, la efervescencia social y el marasmo económico, se estuviera ante un momento de notable actividad cultural que se hacía visible en la conformación de asociaciones con fines culturales y en publicaciones que abarcaban diferentes campos de estudio, desde la Literatura y la Historia hasta la Agronomía y la inmigración.<sup>64</sup>

Segundo o pesquisador brasileiro Eurico Fernandes,<sup>65</sup> o manual de Terán y Gamba, *Compêndio de Historia del Paraguay*, foi escrita em 1882. Contudo, encontramos registros em Watzlawik<sup>66</sup> e em Telesca<sup>67</sup> de que Terán e Gamba teriam escrito um manual anterior ao analisado neste trabalho, intitulado “Compendio de Geografía e Historia del Paraguay”, de 1879. A edição da obra de Terán e Gamba analisada neste trabalho é a décima sexta, e data de 1920.<sup>68</sup> Na contracapa há as seguintes informações: “corregida y aumentada por Héctor F. Decoud”<sup>69</sup> e “texto adoptado en todos los establecimientos del país”. As informações contidas na contracapa nos fazem realizar uma reflexão que gira em torno da importância do livro escolar para época, que foi “adotado em todos os estabelecimentos [educacionais] do país”.

---

<sup>64</sup> *Ibidem*. p. 114.

<sup>65</sup> FERNANDES, Eurico da Silva. **A "invenção" do Paraguai: História, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935)**. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

<sup>66</sup> WATZLAWIK, Viviana Paglialunga de. **De la Autonomía a la Dependencia: La Educación en el Paraguay antes y después de la Guerra del 70**. Asunción: Servilibro, 2012.

<sup>67</sup> TELESCA, Ignacio. La reinención del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. **Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales**, n. 5, p. 1-17, 2014. Ver também: TELESCA, Ignacio. La República de los historiadores del Paraguay Pósbélico. *In*: ROMANACH, Alfredo Boccia. **Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia**, Assunção, v. 53, p. 123-136, 2013.

<sup>68</sup> Tal perspectiva corrobora com a nossa intenção de analisar livros didáticos que possuíssem inúmeras edições e que, nesse sentido, tivessem contribuído no processo de atribuição de sentido da *consciência histórica* de gerações de alunos e professores paraguaios.

<sup>69</sup> Assim como no caso brasileiro, também não era incomum no Paraguai do início do século XX, que editoras continuassem utilizando livros de autores já falecidos, sobretudo se esses livros haviam tido grande aceitação e, portanto, haviam sido alvo de várias reedições. As editoras então contratavam intelectuais para complementar e atualizar a obra.

Segundo Brezzo,<sup>70</sup> a obra *Breve resumen de la historia del Paraguay*, de Blás Garay, se constitui numa *síntese* e numa *versão melhorada* do *Compêndio Elemental de la historia del Paraguay*, do mesmo autor.<sup>71</sup> A edição analisada do livro de Garay foi a de 1897, ano da primeira edição, escrita ainda enquanto o autor estava na Espanha como secretário da legação paraguaia.

Para Brezzo, as produções de Blas Garay teriam inaugurado “propriadamente la historiografía nacional paraguaya”.<sup>72</sup> A esse respeito, o professor Luiz Felipe Viel Moreira afirma:

Blas Garay cumplió un papel especial para toda la historiografía paraguaya porque sentó las bases del revisionismo histórico y de una interpretación nacionalista que enseguida entraría en escena y que se tornaría hegemónica durante la década de 1930. [...] Blas Garay habría abierto la puerta de la fuente de todos los mitos trabajados por el revisionismo.<sup>73</sup>

Como visto, as produções de Blás Garay, inclusive a obra que estamos analisando, tiveram fundamental importância para a historiografia paraguaia. Na visão de Brezzo, tiveram um papel inaugural nessa historiografia, não apenas por ser uma história escrita em *modelo erudito*, talvez a primeira, baseada em amplas e diversificadas fontes documentais e bibliográficas, mas também por criar leituras do passado, que seriam seguidas por historiadores futuros. O *mito da idade de ouro*, que passou a situar o governo de Carlos Antônio López como o ápice de desenvolvimento e bem-estar social, interrompido pela guerra, é um exemplo dessas leituras do passado que ganhou destaque na historiografia paraguaia. Nesse sentido, Moreira afirma:

Blas Garay articuló, por primera vez, en su *Breve Resumen de la Historia del Paraguay* (1897), dos mitos patrióticos con desigual influencia en el futuro. El mito de la edad de oro, comentado por Rivarola, prosperó y fue usado como bandera por el nacionalismo revisionista. Por el contrario, el mito de la patria indígena que

---

<sup>70</sup> BREZZO, *Op. Cit.*, p. 66

<sup>71</sup> Em nossa pesquisa de campo no Paraguai, tivemos acesso às duas obras e, num primeiro momento, ficamos indecisos se incluiríamos ambas as obras ou apenas uma delas. Entretanto, a partir da leitura de Brezzo, decidimos apenas incluir a primeira obra citada, por ela representar, nas palavras da autora, uma *versão melhorada* da segunda.

<sup>72</sup> BREZZO, *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>73</sup> MOREIRA, Luiz Felipe Viel. La intelectualidad paraguaya durante la primera mitad del siglo XIX: un debate identitario. *Estudios Paraguayos*, Assunção, v. 28, p. 349-375, 2010. p. 355-356.

situaba el momento de la nación en el pasado guaraní no se concreto.<sup>74</sup>

Dito isso, é importante enfatizar que o livro de Garay se configura mais como um livro de síntese da História do país do que como um manual escolar, projetado para ser usado em sala de aula. Apesar de a obra de Garay não ter sido escrita com o objetivo de se tornar um manual, os usos que foram feitos dela fazem com que ela seja, ou se torne, uma obra que passa a fazer parte de uma cultura escolar. Moreira<sup>75</sup> afirma que pelo menos até a década de 1930 circularam com destaque nas escolas paraguaias os manuais de Terán e Gamba e o de Blás Garay.<sup>76</sup>

Não sabemos informar a data da primeira edição do livro de Antônio Tavarozzi.<sup>77</sup> A edição por nós analisada é a quinta. No entanto, também não sabemos a data de publicação da edição analisada, pois não consta a informação no próprio livro e não conseguimos identificar através de pesquisas o contexto no qual estava inserido o livro do Tavarozzi. Contudo, pelas próprias características do livro analisado, acreditamos que ele esteja circunscrito a primeira metade do século XX.

Tavarozzi, na “Intruducción” de sua *Historia de la Patria, lecciones e lecturas*, destaca que o livro foi “acomodado a las inteligencias de los niños” para que “pueda servir de texto escolar en las clases”.<sup>78</sup> Nesse sentido, percebemos um movimento do autor em expressar a intenção de escrever um livro voltado para a juventude, em um processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

Como em outros prólogos de livros selecionados para pesquisa, a questão da exaltação do patriotismo ganha destaque. Nesse sentido, afirma: “LA HISTORIA PATRIA debe ser estudiada no sólo con gusto, sino también con entusiasmo y con provecho por todo buen patriota”. E exaltando figuras consideradas exemplos de patriotismo e amor à pátria, Tavarozzi conclui: “Las figuras de Hernandarias, Fulgencio Yegros y Jose Diaz, por ejemplo, deben ser amadas y también imitadas,

---

<sup>74</sup> *Ibidem.* p. 359.

<sup>75</sup> MOREIRA, *Op. Cit.*, 2009.

<sup>76</sup> TERÁN, Leopoldo; GAMBA, Próspero. **Compendio de Historia del Paraguay**. Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920; GARAY, Blás. **Breve resumen de la historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa editorial A. de Uribe y Ca., 1897.

<sup>77</sup> TAVAROZZI, Antonio. **Historia del Paraguay**. 5ª Edição. Asunción: [s. n.], [19--?].

<sup>78</sup> *Ibidem.*

para que nuestra Patria siga teniendo siempre varones fuertes y perfectos que la llenen de gloria y grandeza”.<sup>79</sup>

A edição analisada do livro de Miguel Rigual é a de 1935. É muito provável que estejamos trabalhando com a primeira edição da obra. Na contracapa consta a seguinte informação: “Adaptados estrictamente al programa de las escuelas Superiores [...] Vº Grado”.<sup>80</sup>

As obras de Vasconcellos<sup>81</sup> e Chaves têm sua primeira edição no ano de 1958. É muito provável que a primeira edição da obra de Rios<sup>82</sup> também date de 1958. Acreditamos que ter três importantes livros escolares de História do Paraguai publicados no mesmo ano não deva ser coincidência. Em 1954, assume o poder o General Alfredo Stroessner, que permanecerá até 1989. Segundo Paulo Renato da Silva (2013), o livro de Vasconcellos “é fruto da reforma educacional empreendida por Stroessner já em seu primeiro mandato (1954-1959)”. Nesse sentido, supomos que as obras de Chaves e de Rios devem também estar inseridas no contexto da reforma educacional empreendida por Stroessner.

Na contracapa do livro de Vasconcellos há a seguinte informação: “Responde al Programa del Primer Curso del Ciclo Básico. Texto aprobado por el Ministerio de Educación y Culto por Resolución nº 250 del 26 de diciembre de 1958”. Tal indicação nos informa que já havia no período em foco um processo de avaliação pelo Ministério de Educação e Cultura do Paraguai dos livros que seriam

---

<sup>79</sup> Aqui não sabemos se o autor faz referência a **José Díaz de Bedoya**, que fez parte da Legión Paraguaya, que lutou na Guerra do Paraguai contra López, ou **José Eduvigis Díaz**, que também lutou na Guerra do Paraguai, mas ao lado de López. Pela perspectiva adotada pelo autor, é possível que ele esteja se referindo ao primeiro. *Ibidem*.

<sup>80</sup> RIGUAL, Miguel. **Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General**. Asunción: La Colmena S. A., 1935.

<sup>81</sup> Segundo Paulo Renato Silva, a primeira edição do livro *Lecciones de Historia paraguaya*, de Victor Natalício Vasconcelos, data de 1958. A edição analisada neste trabalho é a 6ª, de 1970. Nela consta um “Prólogo a la primera edición”, escrita por Emilio Uzcategui, escrito em novembro de 1958. Ver: SILVA, Paulo Renato. 'Lecciones de Historia Paraguaya': (re)leituras da História do Paraguai pelo stonismo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPUH, 2013. p. 1-14.

<sup>82</sup> Encontramos no site da *Hathi Trust, digital library*, três registros de diferentes edições da obra de Rios no catálogo da *University of Texas*, em Austin, Estados Unidos. A primeira delas é de 1958, a segunda de 1961 e a terceira, que é a edição analisada por nós neste trabalho, de 1963. Supomos que a data provável da primeira edição da obra tenha sido 1958 e a da segunda de 1961. Disponível em:

<https://catalog.hathitrust.org/Search/Home?lookfor=RIOS%2C%20Emiliano%20Gomez&searchtype=all&ft=&setft=false>. Acesso em 09/06/2016.

utilizados nas escolas. Contudo, por se tratar do período da ditadura de Stroessner, seria necessário refletir sobre os critérios dessa avaliação.<sup>83</sup>

No Prólogo do livro de Vasconcellos, escrito por Emilio Uzcategui, aquele é apontado como *um dos homens da reforma*. Interessante perceber que sendo um dos homens da reforma educacional, seria muito difícil, diríamos improvável, que tivesse sua obra reprovada pelo MEC. Apontar tais questões não significa desmerecer as possíveis qualidades que a obra possa apresentar,<sup>84</sup> nem indicar que a mesma não estivesse amplamente adaptada “al Programa Oficial”, como apontou Uzcategui.<sup>85</sup>

Antes de iniciar o trato do conteúdo disciplinar propriamente dito, Vasconcellos expressa algumas recomendações aos alunos<sup>86</sup> e conselhos aos professores.<sup>87</sup> Em relação aos alunos, são doze recomendações, tanto de cunho cognitivo (relativas ao processo de aprendizagem em si), como de cunho comportamental (que vão desde apresentarem uma “atitude científica” a manterem “entereza de caráter”). O que particularmente nos chamou a atenção, dado o período de publicação da obra, foram as recomendações 4 e 5, que podem soar dissonantes tendo em vista a vigência do governo ditatorial de Stroessner:

- 4) Espíritu de tolerancia y respeto hacia la ideas de otros. Permitir y respetar la ideas de los demás.
- 5) Actitud crítica en asuntos controversiales. Buscar información en distintas fuentes para conocer los distintos enfoques a una misma situación.<sup>88</sup>

---

<sup>83</sup> VASCONCELLOS, Victor Natalício. **Lecciones de Historia paraguayana**. 6ª Edição. Asunción: Edición del Autor, 1970.

<sup>84</sup> Uzcategui aponta como algumas das qualidades do manual de Vasconcellos: 1. superação do ‘memorismo’, 2. uso de documentos históricos e 3. objetivo de formar os alunos como “investigadores históricos”.

<sup>85</sup> Primeiro porque seria difícil que, no período de Stroessner, um livro que estivesse fora dos padrões do *Programa Oficial* fosse aprovado para uso nas salas de aula; segundo porque, em sendo *um dos homens da reforma educacional*, seria improvável que a obra de Vasconcellos não estivesse estritamente de acordo e em consonância com este programa. Para Paulo Silva, “Em *Lecciones de Historia Paraguaya*, de Victor Natalicio Vasconcellos, existem vários mecanismos de legitimação do stonismo”. SILVA, *Op. Cit.* 2013. p. 4.

<sup>86</sup> As recomendações aos alunos são baseadas no “Resumen del Informe a los Padres”, da Universidade de Porto Rico, *Escuela Superior e Intermedia*.

<sup>87</sup> Os conselhos voltados aos professores são baseados no livro do brasileiro CARVALHO, Carlos Delgado. **La Historia, la Geografía e la Instrucción Cívica**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1958.

<sup>88</sup> VASCONCELLOS, Victor Natalício. *Op. Cit.*, p. 7.

Quanto aos *consejos* que a obra de Vasconcellos apresenta aos professores, percebemos um caráter fortemente influenciado por uma perspectiva tradicional, em que se destacam a seguinte sequência: “prelección, lección, recitación y explicaciones complementarias”.<sup>89</sup> Nesse sentido, percebemos elementos mais progressistas em algumas *recomendaciones* dadas aos alunos e elementos mais tradicionais ligados aos *consejos* dados aos professores.

Julio César Chavez afirma que produziu seu *Compendio de Historia Paraguaya* “con el pensamiento puesto en la niñez y la juventud de la patria” e que o livro corresponde a uma síntese de trinta anos de pesquisas históricas realizadas por ele. A obra de Chavez, enquanto livro de síntese da História paraguaia, apesar de ter sido escrito para “niñez y la juventud”, voltado, portanto, para um processo de escolarização, ultrapassa suas intenções iniciais e passa a atingir um público maior, tanto de não especialistas na área histórica – mas que possuem curiosidade em saber mais sobre a História de seu país – como dos próprios especialistas da área – professores, mas sobretudo estudantes de História.<sup>90</sup>

Julio César Chavez deixa claro, tanto na “Introducción”, nas páginas 5 e 6, quanto nas “Notas”, das páginas 7 e 8, que seu compêndio está de acordo com o Programa Oficial de ensino. Na *Introdução*, diferencia um “livro” de um “texto”, afirmando que o primeiro pode ser escrito livremente enquanto o segundo deve seguir a um programa. Caracteriza o seu trabalho como um *texto*. Nas *Notas*, o autor demonstra como está organizado o seu compêndio, apontando os elementos didáticos que ele possui e associando a organização de tais elementos ao Programa Oficial.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> *Ibidem*. p. 8.

<sup>90</sup> Não é raro ver programas da disciplina História do Paraguai, ministrada em nível superior, que utilize, ou ao menos indique o livro *Compendio de Historia Paraguaya*, de Julio César Chavez. A referida obra foi escrita em 1958 e ainda hoje tem seu espaço no mercado editorial paraguaio, não mais voltado ao público escolar, mas para o público em geral e especializado, que pretende ter em mãos uma obra síntese da História do Paraguai. Em 2013 a editora Intercontinental lançou uma nova edição da obra de Chavez, o que demonstra sua importância no cenário editorial não apenas voltado ao universo escolar, mas a um público mais amplo no Paraguai. CHAVEZ, Júlio Cesar. **Compendio de Historia paraguaya**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.

<sup>91</sup> Nas “Notas” Chavez destaca: 1. “Trabajos sobre el mapa”; 2. “Temas para trabajos o disertaciones del alumno”; 3. “Lecturas comentadas”; 4. “Plan de visitas”; 5. “Bibliografía para el profesor”. CHAVEZ, *Op. Cit.*

Na capa da terceira edição do livro de Rios, de 1963, há a informação de que a “Obra [está] ajustada a los programas oficiales del Bachillerato y Ciclo Básico”. O manual de Rios, assim como o de outros autores analisados, também está inscrito nas reformas educacionais do longo período de governo do General Stroessner (1954-1989). No *Prólogo*, o autor destaca a necessidade de obras didáticas de História Pátria escritas por autores paraguaios. Para ele, a inexistência desse material didático revela uma situação que é “la negación misma de nuestra nacionalidad”. E continua:

En efecto, es inconcebible que el Paraguay, un país que tiene una Historia tan brillante, nutrida y auténtica, carezca de un texto de enseñanza, donde pueda ordenar y orientar la inmensa y sagrada obra de formación del sentimiento patriótico nacional y la cultura cívica de su pueblo.<sup>92</sup>

Através do *Prólogo* escrito por Rios, percebemos de forma mais enfática uma questão recorrente nos livros didáticos de História do Paraguai analisados: o realce à nacionalidade e a percepção do ensino de História como instrumento de *formação do sentimento patriótico*. Não é de se estranhar, contudo, tal perspectiva, tendo em vista que desde 1936 até 1989 o Paraguai viverá seguidos governos ditatoriais, em que o revisionismo, sobretudo aquele desenvolvido por Juan O’Leary,<sup>93</sup> se converterá praticamente em versão oficial, numa História oficial do Estado.

Apesar de no Paraguai não se ter a quantidade de livros escolares que circulou e circula no Brasil, não podemos afirmar que eles não tenham sido escritos, em sua maioria, por autores paraguaios.<sup>94</sup> Rios afirma a falta de “un texto para la enseñanza de la Historia Patria, escrito por un autor paraguayo”. Muito provavelmente escreveu o referido *Prólogo* em 1958. Se levarmos em consideração que as obras de Garay não foram escritas propriamente para o

---

<sup>92</sup> RIOS, Emiliano Gomez. **El Paraguay y su historia**. 3ª Edição. Asunción: Alcora, 1963.

<sup>93</sup> O’Leary, Juan. **Nuestra Epopeya: Guerra del Paraguay**. Asunción: La Mundial, 1919; O’LEARY, Juan. **El Mariscal López**. Asunción: La Prensa, 1920.

<sup>94</sup> A própria lista de manuais didáticos selecionados para essa pesquisa mostra que, apesar de poucas, as obras foram em sua maioria escritas por autores paraguaios. Partimos da hipótese de que não se tenha desenvolvido no Paraguai, assim como aconteceu no Brasil, uma forte indústria editorial para o período em foco. A própria quantidade reduzida de alunos, em relação ao Brasil, pode explicar tal fato.

ensino secundário, talvez Rios tenha razão. Contudo, a partir da década de 1950 se intensifica a produção de manuais escolares de História, todas elas escritas por autores paraguaios: Rios, Chaves, Vasconcellos, Cardozo, Benítez, Lezcano, Mary López.

Não sabemos precisar a data da primeira edição do *Manual de Historia Paraguaya*, de Luis G. Benítez, mas sua produção está inscrita, segundo D'Alessandro Valdez, no período da ditadura de Stroessner. Segundo a referida autora, o manual de Benítez é um “texto que figura en numerosas bibliotecas escolares hasta el día de hoy”.<sup>95</sup> Nas “Palabras previas”, Benítez destaca que escreveu o seu manual “con el pesamiento puesto en la capacidad de captación y asimilación del niño de la edad mínima en que puede ingresar en el Ciclo Básico”.<sup>96</sup>

As reflexões tecidas até aqui nos permitem ter uma maior clareza em relação aos livros didáticos paraguaios selecionados para a pesquisa e seus autores, assim como as concepções de História e de ensino de História subjacentes às obras, possibilitando-nos realizar o devido processo de contextualização. O movimento realizado abre o caminho para que se possa refletir, em contraste, sobre as obras didáticas brasileiras e paraguaias situadas no longo recorte temporal escolhido.

### **Confrontando livros didáticos de História brasileiros e paraguaios: breve síntese**

Tanto em relação ao contexto brasileiro quanto paraguaio, os primeiros livros apropriados pelas escolas como livros escolares eram manuais de síntese da História nacional que passavam, a partir de então, a fazer parte de uma cultura escolar. Pela falta de oferta, em um primeiro momento, esses livros de síntese eram didatizados para uso no processo de ensino e aprendizagem. Os manuais de Garay, no Paraguai, e os de Bellegard e Abreu e Lima,<sup>97</sup> no Brasil, são exemplos de livros

---

<sup>95</sup>VALDEZ, Sandra D'Alessandro. Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el tronismo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, p. 1-15. 2014.

<sup>96</sup> BENÍTEZ, Luis G. **Manual de Historia paraguaya**. Asunción: Imprenta Comuneros S. R. L. 1993. p. 8.

<sup>97</sup> Os manuais de Bellegard e Abreu e Lima não constam como livros selecionados nesta pesquisa, até porque foram escritos antes do evento Guerra do Paraguai e não tiveram edições posteriores ao

sínteses da História nacional dos países em foco e que passaram a ser apropriados pela escola e a fazer parte de uma cultura escolar.

Um elemento que marca e caracteriza um livro didático é o seu caráter intencional, quer dizer, ter sido escrito para o ensino de uma disciplina específica, a um público estudantil específico, crianças e jovens em sua maioria. Nesse sentido, o autor do livro didático escreve sua obra tendo em vista o processo de ensino e aprendizagem de uma disciplina específica e um público estudantil particular. Percebemos isso claramente ao ler as apresentações e prólogos dos livros brasileiros e paraguaios selecionados para esta pesquisa, como os de Macedo e Coutto, no Brasil, e de Tavarozzi e Chaves no Paraguai, por exemplo.

Ao ser escrito com uma intencionalidade, os livros didáticos geralmente contêm orientações de caráter disciplinar e pedagógico a professores e estudantes. Possuem também certa organização e lógica disciplinar, isto é, um modo específico de organizar o conhecimento disciplinar para situações de ensino. Em vários dos livros didáticos selecionados para esta pesquisa conseguimos identificar claramente tais características: Em Macedo, por exemplo, quando explicita aos professores as questões de “methodo”, ou em Alencar Filho, Ramalho e Ribeiro quando especificam sua concepção de História, apontando que a mesma se aproxima de uma História construída a partir das coletividades e não das personalidades históricas, ou ainda em Cotrim, quando assinala para a superação de uma História como memorização e sinaliza tratar/trazer em sua obra novos temas e abordagens, como: *cotidiano, mentalidades, visão dos vencidos*, dentre outras. No caso paraguaio poderíamos citar Vasconcellos, que explicita recomendações aos alunos e conselhos aos professores na parte inicial de sua obra.

Outra característica particular das produções didáticas é a ligação que elas possuem com as políticas educacionais da época de sua produção, precisando em muitos casos de avaliação e aprovação por instâncias públicas que definem as diretrizes curriculares. Nesse sentido, muitas das obras analisadas trouxeram em

---

evento citado. Os autores foram mencionados apenas como referências de obras sínteses da História nacional que passaram a ser apropriadas pelas instituições escolares. ABREU E LIMA, José Ignacio. **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843; BELLEGARD, Henrique Luís de Niemeyer. **Resumo de História do Brasil até 1828**. Rio de Janeiro: Typ. Gueffier, 1831.

suas folhas de rosto informações sobre as avaliações a que foram submetidas e as aprovações que tiveram como garantia de qualidade. Tais características ficam explícitas em obras como as de Vasconcellos, que assinala que o seu livro foi aprovado pelo Ministério da Educação, ou a de Rios, quando aponta que sua obra está “ajustada a los programas oficiales del bachillerato y ciclo básico”,<sup>98</sup> ou ainda em Coutto, no caso brasileiro, que assinala que seu o livro foi elaborado/organizado segundo os “pontos do programma da cadeira de História do Brasil do Collegio Pedro II”.<sup>99</sup>

Outra característica presente nos livros didáticos analisados foi a perspectiva que apontava para um ensino voltado à formação de um sentimento patriótico nacional e da cultura cívica de seu povo. Neste caso particular, temos que ponderar que estas são algumas das funções sociais básicas do ensino da disciplina História na educação básica, sobretudo nos séculos XIX e primeira metade do XX. Nesse sentido, não é raro encontrarmos em livros escolares do período mencionado uma perspectiva de valorização do sentimento patriótico e o estímulo à cultura cívica de seu povo. Nos livros didáticos selecionados para esta pesquisa, identificamos autores que explicitaram esta relação, como Tavarozzi, que destaca a figura do “bom patriota”, inclusive citando exemplos de personagens paraguaios que deveriam ser seguidos como exemplos de patriotismo e amor à pátria. Rios, por sua vez, destacou que no Paraguai de sua época faltava “texto de enseñanza, donde pueda ordenar y orientar la inmensa y sagrada obra de formación del sentimiento patriótico nacional y la cultura cívica de su Pueblo”.<sup>100</sup> No caso brasileiro, conseguimos identificar tal perspectiva sobretudo em Rocha Pombo, que destacou como um dos objetivos do ensino de História “levantar a alma da pátria”.<sup>101</sup>

A análise do *corpus* documental selecionado demonstra a influência da historiografia na produção do conhecimento escolar da História, quer dizer, dos vínculos existentes entre os centros de produção do conhecimento histórico –

---

<sup>98</sup> VASCONCELOS, *Op. Cit.*

<sup>99</sup> COUTTO, *Op. Cit.*

<sup>100</sup> RIOS, *Op. Cit.*

<sup>101</sup> ROCHA POMBO, *Op. Cit.*

sejam eles institutos históricos ou universidades – e a produção de saberes escolares. Ademais, como visto tanto no caso brasileiro como no paraguaio, muitos autores de livros didáticos da disciplina pertenciam também aos centros de produção do conhecimento histórico em nível acadêmico, o que reverbera em suas produções didáticas da História.

Finalizamos este texto assinalando a importância de investimentos cada vez maiores em estudos históricos e/ou comparativos a respeito dos livros escolares. Partilhamos do entendimento de Goodson,<sup>102</sup> para quem o currículo e os conhecimentos por ele selecionados constituem-se em uma construção social. Nesse sentido, partimos da perspectiva de que o conhecimento histórico escolar, presente no currículo e nos livros didáticos, é socialmente construído, em cada contexto histórico, social, político, cultural e curricular de cada país e em cada momento específico.

## Referências Bibliográficas

### Documentação

#### Livros didáticos brasileiros:

ALENCAR FILHO, Francisco Rodrigues; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Toledo. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Ao livro técnico, 1979.

BORGES HERMIDA, Antônio José. **Compêndio de História do Brasil**. 57ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

COTRIM, Gilberto. **História e consciência do Brasil**. 7ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

COUTTO, Pedro do. **Ponto da História do Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi. **História do Brasil**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1987.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Garnier, 1905.

---

<sup>102</sup> GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAIA, Luis de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brasil**. Proferidas no internato do Imperial Colégio de Pedro II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1886.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 19ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

PELLEGRINI, Marco; DIAS, Adriana; GRINBERG, Keila. **Vontade de saber História, 8º ano**. São Paulo: Editora FTD, 2015.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

RIBEIRO, João. **História do Brasil: Curso Superior**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1914.

ROCHA POMBO, José Francisco. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos, [19--].

SILVA, Joaquim. **História do Brasil: Para o Curso Médio: primeira e segunda séries**. 22ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SOUTO MAIOR, Armando. **História do Brasil: Para o curso colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

#### **Livros didáticos paraguaios:**

BENÍTEZ, Luis G. **Manual de Historia paraguaya**. Asunción: Imprenta Comuneros S. R. L. 1993.

CARDOZO, Efraim. **Breve Historia del Paraguay**. Buenos Aires: EUDEBA editorial universitária, 1965.

CHAVEZ, Júlio Cesar. **Compendio de Historia paraguaya**. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1991.

GARAY, Blás. **Breve resumen de la historia del Paraguay**. Madrid: Librería y Casa editorial A. de Uribe y Ca., 1897.

LEZCANO, Irmina. **Estudios Sociales 2**. Asunción: Comuneros, [19--].

MOREIRA, Mary Monte de López *et al.* **Historia y Geografía: 8º grado**. Assunção: Editorial Don Bosco, 2009.

RIGUAL, Miguel. **Apuntes de Historia del Paraguay y nociones de Historia General**. Asunción: La Colmena S. A., 1935.

RIOS, Emiliano Gomez. **El Paraguay y su historia**. 3ª edição. Asunción: Alcora, 1963.

SACCAGGIO, Pedro *et al.* **Paraguay Ñane retá**: Estudios Sociales para el 3er. ciclo de la Educación. 3º edição. Asunción: [s. n.], 2004.

TAVAROZZI, Antonio. **Historia del Paraguay**. 5ª Edição. Asunción: [s. n.], [19--?].

TERÁN, L. G.; GAMBA, P. P. **Compendio de Historia del Paraguay**. Asunción: Tipografía Quell & Cía, 1920.

VASCONCELLOS, Victor Natalício. **Lecciones de Historia paraguaya**. 6ª Edição. Asunción: Edición del Autor, 1970.

### **Bibliografia**

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 28-41.

BATISTA NETO, José. Saberes pedagógicos e saberes disciplinares específicos: os desafios para o ensino da História. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 13., 2006, Recife. **Anais [...]** Recife: ENDIPE, 2006.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008a.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008b.

BREZZO, Liliane. ¿Aislamiento e independencia? algunos pasos recientes de la historiografía en Paraguay. **Diálogos**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 533-552, 2009.

BREZZO, Liliane. **El Paraguay a comienzos del siglo XX (1900-1930)**. Asunción: El Lector, 2011.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CARVALHO, Carlos Delgado. **La Historia, la Geografía y la Instrucción Cívica**. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1958.

CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense editora, 2011.

CHEVALLARD, Yves. **La Transposición Didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Buenos Aires: Aique, 1997.

CHOPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín, v. 13, n. 29-30, p. 209-229, 2001.

CHOPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 13, n. 27, p. 9-75, 2009.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

COSTA, Aryana. Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 530-548, 2019.

COSTA, Aryana. Apologia do ensino de História: a didática da História em Jörn Rüsen. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH, 13., 2008, Guarabira. **Anais [...]** Guarabira: ANPUH, 2008.

DOSSE, François. **A História**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FERNANDES, Eurico da Silva. **A "invenção" do Paraguai: História, projetos e intelectuais na construção da nação paraguaia (1870-1935)**. 2006. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABRIEL, Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. *In*: MONTEIRO, Ana Maria Monteiro *et*

al. (org.). **Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014. p. 23-40.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu, 2004.

GOODSON, Yvor. **A construção social do currículo.** Lisboa: Editora EDUCA, 1997.

GOODSON, Yvor. **Currículo: Teoria e História.** Petrópolis: Vozes, 2012.

LOPES, Alice Casimiro. Conhecimento escolar em Química: processo de mediação didática da ciência. *Química Nova*, São Paulo, v. 20, p. 563-568, 1997.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. A construção de um cânone republicano: a escrita da história escolar na virada do século XIX para o XX. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel. La intelectualidad paraguaya durante la primera mitad del siglo XIX: un debate identitario. **Estudios Paraguayos**, Assunção, v. 28, p. 349-375, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático como indício da cultura escolar. *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 143-162, 1992-1993.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso; PEREIRA, Mateus Henrique. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970).** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. *In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (org.). Livros didáticos de História: escolhas e utilizações.* Natal: EDUFRRN, 2009. p.12-19.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. *In: MALERBA, Jurandir (org.). A História escrita: teoria e história da historiografia.* São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.

SALLES, André Mendes. A Guerra do Paraguai na historiografia brasileira: algumas considerações. **Cadernos do Aplicação (UFRGS)**, v. 28, p. 29-41, 2015.

SALLES, André Mendes. **O conhecimento escolar Guerra do Paraguai em livros didáticos e na fala de professores de História de escolas da Educação Básica, no Brasil e no Paraguai.** 2017. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SCKELL, Jazmín Duarte. **Colegio Nacional de la Capital:** transformación de una institución emblemática de educación pública. Assunção, p. 1-26, 2015.

SILVA, Paulo Renato. 'Lecciones de Historia Paraguaya': (re)leituras da História do Paraguai pelo stonismo. *In:* SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]** Natal: ANPUH, 2013

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Legislação e Livro Didático de História. *In:* OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir. (org.). **Livros didáticos de História:** escolhas e utilizações. Natal: EDUFRN, 2009. p. 21-32.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação de professores.** Petrópolis: Vozes, 2010.

TELESCA, Ignacio. La reinención del Paraguay: La operación historiográfica de Blas Garay sobre las misiones jesuíticas. **Revista Paraguay desde la Ciencias Sociales**, n. 5, p. 1-17, 2014.

TELESCA, Ignacio. La República de los historiadores del Paraguay Pósbélico. *In:* ROMANACH, Alfredo Boccia. **Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia**, Assunção, v. 53, p. 123-136, 2013.

VALDEZ, Sandra D'Alessandro. Una mirada crítica al discurso de los textos escolares sobre el stonismo. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, p. 1-15, 2014.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl. **Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira:** 1850-1951. Curitiba: Edição dos Organizadores, 1998.

WATZLAWIK, Viviana Paglialunga de. **De la Autonomía a la Dependencia:** La Educación en el Paraguay antes y después de la Guerra del 70. Asunción: Servilibro, 2012.

Recebido: 16/04/2020  
Aprovado: 06/07/2020